

Moção pelos recursos naturais (minerais)

Enquadramento

A Iniciativa Liberal é um partido que tem batalhado muito no contexto económico do país, com vista ao desenvolvimento a médio e longo prazo. Mas o futuro não se faz somente com política económica, e a Iniciativa Liberal tem mostrado que consegue ser atrativa e produzir políticas diferentes em todas as áreas. Também se tem mostrado um partido cada vez mais capaz em questões de ambiente e de sustentabilidade com o seu manifesto Crescimento Sustentável.

No entanto, mostra, tal como os restantes partidos políticos e a sociedade como um todo, dificuldade na compreensão do papel dos recursos naturais no futuro muito próximo, tal como o foram no passado, e como o são no presente.

Os recursos naturais são essenciais para toda a atividade económica, para nosso uso diário e conforto. Estamos a referir-nos a todos os elementos que a natureza providencia e que podem ser utilizados pela humanidade. Referimo-nos à água, luz solar, florestas, solos, recursos minerais (metálicos e não metálicos), petróleo, hidrogénio, tudo. Recursos naturais são não só importantes pelo seu valor comercial e industrial, mas também pelo seu interesse cultural, científico e até estético.

Se existem recursos como a água (dependendo do seu uso), o vento e o sol que são maioritariamente de cariz renovável, existem outros que são não renováveis, entre os quais destacamos os recursos minerais (metálicos e não-metálicos), que raramente são mencionados e irão desempenhar um papel crucial nas próximas décadas, e que são o foco principal desta moção.

Os recursos minerais, dentro dos quais estão a larga maioria do que a Comissão Europeia designa por matérias-primas críticas e estratégicas, merecem ser relevados e oferecem a curto prazo possibilidades para fazermos a diferença politicamente nesta área e com impacto direto na transição energética e digital.

Os recursos minerais são a base de uma revolução tecnológica que se destina a transformar a forma como vivemos, sendo o elo entre o progresso humano e o compromisso com um futuro mais sustentável. Os recursos minerais são as matérias-primas para todas as tecnologias essenciais à transição energética, desde os painéis solares fotovoltaicos, às turbinas eólicas, aos eletrolisadores e células de hidrogénio, às baterias (mobilidade e

suporte da rede), aos cabos de transmissão, etc., rigorosamente tudo. Ver anexo para exemplos.

Portugal tem a oportunidade única de liderar pelo exemplo no capítulo da gestão mais sustentável dos seus recursos minerais, contribuindo para cadeias de abastecimento globais mais resilientes, cumprindo o seu compromisso com o Critical Raw Materials Act (CRMA). Este é o momento de nos afirmarmos como pioneiros numa transição energética equitativa que respeite tanto as necessidades de crescimento económico quanto os valores ambientais e sociais.

Desafios para Portugal

1. Os recursos minerais são frequentemente negligenciados no debate político e social nacional, indicando uma falta de compreensão generalizada da sua importância para a economia e para a transição energética.
2. Os recursos minerais são fundamentais para o desenvolvimento e manufatura de tecnologias limpas para o cumprimento das metas climáticas.
3. Os recursos minerais são de cariz não renovável, o que urge uma política de avaliação e extração centrada no recurso, maximizando o seu valor e reduzindo o desperdício e impacte ambiental.
4. Portugal tem a oportunidade de avaliar, conhecer e contribuir para o desenvolvimento de cadeias de abastecimento mais resilientes, assumindo um papel determinante no panorama europeu no âmbito do CRMA.
5. Portugal pode posicionar-se estrategicamente no mercado europeu e global de recursos minerais, sendo fundamental desenvolver processos transparentes de concessão e de participação pública.
6. A desinformação associada aos recursos minerais revela lacunas de conhecimento público que necessitam ser amplamente discutidas.

Proposta

A iniciativa Liberal (IL) tem a oportunidade de liderar o discurso e apresentar uma posição liberal sobre os recursos minerais, em conformidade com o exposto anteriormente, pelo que, propomos o seguinte:

- A Iniciativa Liberal deve promover os recursos naturais, principalmente os minerais, no debate e na criação de conhecimento interno, via ILab ou grupo de trabalho

multidisciplinar a construir, como base para projetar exteriormente uma posição liberal nesta área;

- Deve também a Iniciativa Liberal promover um debate sério e informado sobre o papel dos recursos minerais na transição energética em Portugal e que papel quer o país ter nesta transição;
- Deve ainda incentivar um debate sobre o papel de Portugal no mercado europeu de recursos minerais, a sua posição nas cadeias de abastecimento, e no desenvolvimento das cadeias de valor;
- Deve criar espaço de debate para que se faça uma análise das implicações a médio-longo prazo das possíveis consequências positivas e negativas do consumo mineral que se prevê;
- Em função de debate e do conhecimento interno criado, vir a Iniciativa Liberal apresentar um modelo de governança dos recursos naturais de cariz liberal.

Conclusões

Os recursos naturais têm pouco destaque ao nível da sociedade, especialmente os recursos minerais, no entanto são cruciais para o nosso dia a dia e para a revolução energética em curso. O nosso estilo de vida e economia está intrinsecamente associado ao desenvolvimento da indústria extrativa e mineira, que se quer cada vez menos impactante ao nível ambiental, social, com regulação exigente e transparente. Não existe transição energética sem recursos minerais, dissociar ambos é um erro e uma narrativa que deve ser combatida. Avizinham-se oportunidades para assumir uma posição face aos recursos minerais e onde poderemos começar a imprimir o nosso selo liberal, com transparência e conhecimento.

ANEXO

Neste anexo da moção sectorial encontram-se ideias que podem ser exploradas para atingir alguns dos objetivos da moção, caso a futura comissão executiva assim escolha este caminho.

Aqui inclui-se quatro pilares de intervenção liberal, uma nova visão de governança para os recursos naturais, outras propostas que consideramos relevantes, e exemplos de utilização de recursos minerais na manufatura de equipamentos, assim como projeções de aumento de procura futura.

Metais utilizados em tecnologias limpas

Solar PV – prata, alumínio, cobre, estanho, índio, gálio, selénio;

Eólico – crómio, níquel, neodímio, praseodímio, disprosio, vanádio, cobre, térbio, ítrio;

Eletrolisadores – alumínio, titânio, níquel, cobalto, cobre, platina, irídio;

Baterias – níquel, cobalto, lítio, sódio, enxofre, grafite, manganês, titânio.

Também a título ilustrativo e para exemplificar o crescimento espectável no consumo de matérias-primas, em Portugal espera-se que o consumo de prata para painéis solares seja 200 % maior esta década do que na anterior, e que o consumo de neodímio em tecnologias eólicas possa subir 300 % no mesmo período.

Já o consumo de irídio para executar os planos europeus de hidrogénio atingiria até 24 toneladas até 2030, quando anualmente se produzem cerca de 8 toneladas.

Pilares de Intervenção Liberal

1. Desenvolvimento Regional e Descentralização: Estabelecer mecanismos de distribuição de royalties e outras receitas com os municípios e comunidades mais afetadas pela exploração dos recursos naturais. Dotar os municípios de mecanismos que lhes permitam utilizar as receitas em projetos relevantes para o município e para a sua população.
2. Transparência: Criação de um portal público que sirva de repositório de toda a documentação referente a licenças, concessões, relatórios ambientais, relatórios fiscais, relatórios anuais, entre outros, de livre acesso e para consulta pública, garantindo um maior controlo pelas partes interessas dos desenvolvimentos dos projetos.
3. Desburocratização: Tornar os processos de licenciamento mais ágeis, através da simplificação dos procedimentos administrativos, como a sua digitalização, e dotar o serviço publico com meios que permitam reduzir o tempo de resposta significativamente.
4. Flexibilidade e Estabilidade: Garantir segurança jurídica aos investidores através de contratos claros e estáveis, sem mudanças frequentes nas políticas governamentais; no entanto, o regime regulatório deve ter caracter flexível que permita ajustes rápidos a condições de mercado, como mudanças naos royalties ou requisitos operacionais.

Modelo de Governança dos Recursos Naturais

O modelo de governança aqui proposto em linhas muito gerais tem o recurso natural no seu centro e como foco principal, sendo os restantes participantes secundários, tendo em vista a maximização do valor do recurso. Enquanto num modelo tradicional (Figura 1) o estado tem um papel de interveniente ativo com afetação direta ao recurso, no modelo aqui proposto (Figura 2) o estado toma um papel de regulador e facilitador, permitindo ao mercado e a sociedade desempenharem um papel central na gestão dos recursos, provendo eficiência económica e responsabilidade social.

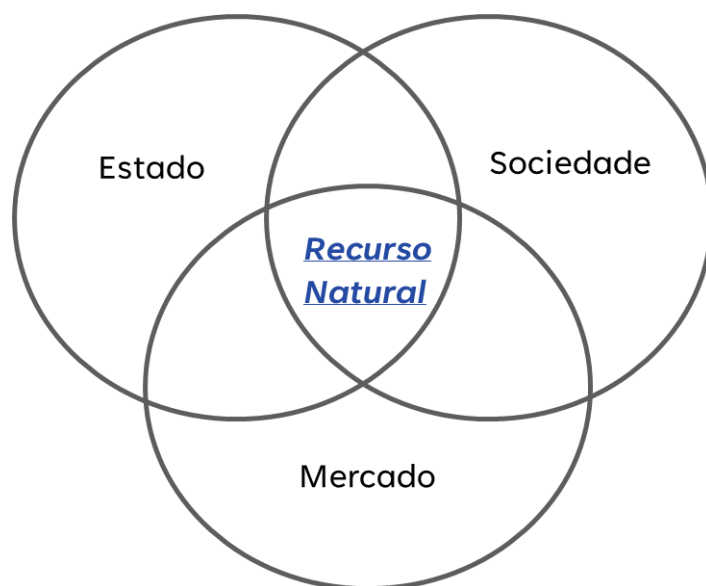


Figure 1 - Modelo tradicional com participação ativa do estado na gestão dos recursos naturais

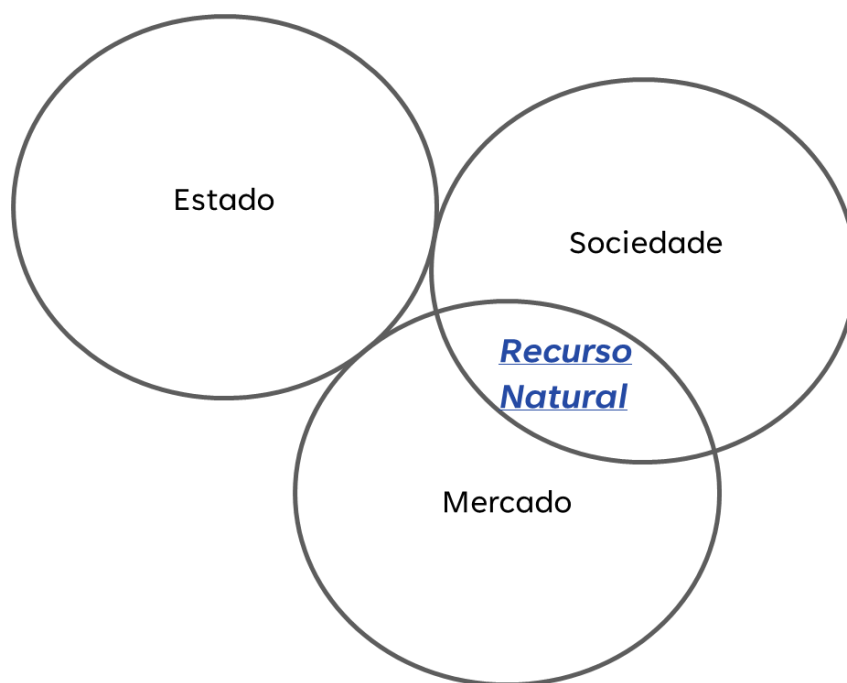


Figure 2 - Modelo proposto com o estado como regulador/facilitador e tangente à interferência na gestão do recurso natural

Um modelo de governança centrado no recurso natural deve ter em consideração os seguintes pontos:

1. Avaliação e mapeamento do recurso
2. Definição de diretrizes globais centradas no recurso
3. Definição de diretrizes específicas para cada tipologia de recurso
4. Implementação de mecanismos de transparência
5. Implementação de mecanismos de prestação de contas
6. Avaliação sistemática do valor gerado

Esta é uma tentativa de esquematização que pode e deve ser aprofundada e estudada. A retirada do estado como ator central na governança dos recursos naturais, intervindo apenas quando estritamente necessário, garante um processo menos burocrático e permite aos agentes económicos e sociais interagir de forma livre. A libertação do estado deste processo deixa-o livre para agilizar, regulamentar e supervisionar todos os processos que se querem transparentes e de acesso público.

Referências:

Ali, S.H., Giurco, D., Arndt, N., Nickless, E., Brown, G., Demetriades, A., Durrheim, R., Enriquez, M.A., Kinnaird, J., Littleboy, A., Meinert, L.D., Oberhänsli, R., Salem, J., Schodde, R., Schneider, G., Vidal, O., Yakovleva, N., 2017. Mineral supply for sustainable development requires resource governance. *Nature*, 543, 367–372. <https://doi.org/10.1038/nature21359>

COM160, 2023. European Critical Raw Materials Act. Proposal for a regulation of the European Parliament and of the Council establishing a framework for ensuring a secure and sustainable supply of critical raw materials and amending Regulations (EU) 168/2013, (EU) 2018/858, 2018/1724 and (EU) 2019/1020. Directorate-General for Internal Market, Industry, Entrepreneurship and SMEs.

Deetman, S., Pauliuk, S., Van Vuuren, D.P., Van Der Voet, E., Tukker, A., 2018. Scenarios for Demand Growth of Metals in Electricity Generation Technologies, Cars, and Electronic Appliances. *Environ. Sci. Technol.*, 52, 4950–4959. <https://doi.org/10.1021/acs.est.7b05549>

Mateus, A., Martins, L., 2021. Building a mineral-based value chain in Europe: the balance between social acceptance and secure supply. *Mineral Economics*, 34, 239-261. <https://doi.org/10.1007/s13563-020-00242-3>

Teixeira, B., Brito, M.C., Mateus, A., 2024a. Raw materials for the Portuguese decarbonization roadmap: The case of solar photovoltaics and wind energy. *Resources Policy* 90, 104839. <https://doi.org/10.1016/j.resourpol.2024.104839>

Teixeira, B., Centeno Brito, M., Mateus, A., 2024b. Strategic raw material requirements for large-scale hydrogen production in Portugal and European Union. Energy Reports 12, 5133–5144. <https://doi.org/10.1016/j.egy.2024.11.002>

Moção preparada pelos membros Bernardo Teixeira (6574) e Sandra Amaro (4728) a ser apresentada à IX Convenção Nacional da Iniciativa Liberal, a decorrer nos dias 1 e 2 de Fevereiro de 2025.

Lisboa, 08 de Janeiro de 2025

Assinado por: **Bernardo de Almeida Teixeira**
Num. de Identificação: 13210477
Data: 2025.01.08 11:09:24+00'00'



	Número de membro	Nome
1	6574	Bernardo de Almeida Teixeira
2	4728	Sandra Lourenço Amaro
3	209	João Carlos Batista Vaz Ferreira da Graça
4	3363	Tiago Luis Ferreira Lima
5	2508	Pedro Reis Fernandes
6	1703	Hugo André Laranjeira Condesa
7	2669	João Pires Salvado
8	1878	Maria Margarida de Pimentel Caldeira da Silva
9	421	Paulo Jorge da Silva Vieira
10	236	Marcos Henrique Marques Caetano Ramalho
11	5576	Diogo Lopes
12	674	André de Serpa Soares
13	4387	Luis Miguel Cruz Mateus Reis
14	2623	Catarina Fernandes Duarte Amaral
15	4739	Valter Jose Pereira Caldeira
16	121	Filipe Jorge da Fonseca Oliveira
17	2751	Francisco Nuno Ferreira da Costa Silvestre Paulino
18	7	Pedro Fernandes Antunes
19	337	Pedro João Magalhães Ermida Ferreira
20	4608	Pedro Filipe Bugarin
21	754	José Pedro Barros
22	7837	Miguel Machado Pereira
23	2948	Flávio Kawakami
24	206	Flávio Miguel da Silva Barreira
25	8003	Patrícia Filipa Teixeira Cunha
26	2712	João Luís Fernandes Simões
27	757	Tomás L. C. V. Pereira
28	6932	Maria João de Vasconcelos Machado da Fonseca
29	2523	Miguel Vargas
30	922	Luís Manuel Camacho Montez Madera
31	6342	José Miguel Lourenco Nogueira Cerdeira
32	1383	Luís Manuel Ramos Correia Nobre Lucas
33	7491	Diogo Fragoso da Silva
34	1347	José Ravlino Mendonça Rosa
35	4018	Ivo Francisco Matos da Silva